



Número: **5001141-09.2021.8.13.0191**

Classe: **[CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Corinto**

Última distribuição : **25/08/2021**

Valor da causa: **R\$ 25.013,97**

Assuntos: **Adimplemento e Extinção, Apreensão**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MUNICIPIO DE SANTO HIPOLITO (AUTOR)	
MARCIO ANGELO ARAUJO JUNIOR (RÉU/RÉ)	

Outros participantes	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5366248020	25/08/2021 09:11	Petição inicial ação de ressarcimento - SH - Convênio 99-2007	PETIÇÃO INICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO-MG.

RUA EMIR SALES, 85, CENTRO, CEP: 39.210-000.

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CORINTO
-MG.

O **MUNICÍPIO DE SANTO HIPÓLITO - MG**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 17.694.886/0001-13, com sede na Rua Emir Sales, 85, Centro, CEP 39210-000, Santo Hipólito-MG, por procurador, vem propor a presente **AÇÃO COM PEDIDO DE RESSARCIMENTO** em face de **MÁRCIO ÂNGELO ARAÚJO JUNIOR**, ex-prefeito do Município de Santo Hipólito (gestão 2009/2012), brasileiro, casado, engenheiro civil, RG M-3.850.721, SSP-MG, CPF nº. 573.823.876-15, filho de Márcio Ângelo de Araújo e de Neide Marina Araújo, residente e domiciliado na Rua Lúcia Magalhães, 629, Centro, CEP 39200-000, Corinto-MG, podendo ser citado, se necessário, na Rua Coronel Ricardo Gregório, Centro, Corinto-MG (lado esquerdo do Terminal Rodoviário do Município de Corinto), o fazendo nos termos doravante expostos.

1 – DA FUNDAMENTAÇÃO PRÓXIMA E REMOTA

O Município de Santo Hipólito, apresentado pelo então prefeito Milton Ferreira da Silva, firmou o Convênio 99/2007 junto o Estado de Minas Gerais para execução de atividades pedagógicas, culturais e esportivas em prol de 210 jovens em vulnerabilidade social, conforme convênio e respectivo plano de trabalho em anexo.

Em razão da não prestação de contas e destino ignorado do montante de 22 mil reais repassados pelo Estado ao Município de Santo Hipólito no ano de 2007 o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais condenou o ex-prefeito Milton Ferreira da Silva a ressarcir o Estado. **Conforme acórdão do TCE-MG em anexo, transcrevemos parte do relatório do Conselheiro Relator Hamilton Coelho e ementa do julgado:**





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO-MG.

RUA EMIR SALES, 85, CENTRO, CEP: 39.210-000.

“I – RELATÓRIO Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude - SEEJ, por meio da Resolução n.º 49/09, fl. 225, objetivando apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano ao erário relativo à ausência de comprovação da aplicação dos recursos oriundos do Convênio n.º 99/2007, no valor de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais), celebrado entre a referida Secretaria e o Município de Santo Hipólito, que teve por objeto o apoio financeiro para implantação e execução do Programa Minas Olímpica Nova Geração, fls. 184/188. (...)”

ACÓRDÃO

*Vistos, (...) **No mérito**, com fundamento no comando do art. 48, III, da Lei Complementar n. 102/08, acordam em julgar irregulares as contas examinadas, em razão da **ausência de comprovação da utilização dos recursos repassados na execução do objeto do Convênio n. 99/2007, e em determinar que seja restituído ao erário estadual o valor de R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais)**, devidamente corrigido, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, **pelo então Prefeito Milton Ferreira da Silva**, do Município de Santo Hipólito, signatário do instrumento. Oficie-se ao **Juízo da Comarca de Corinto, na qual tramita o Processo de n. 0179794-41.2009.8.13.0191**, cientificando-o do inteiro teor desta decisão. Transitado em julgado o decisum, cumpram-se as disposições do art. 364 do Regimento Interno e, findos os procedimentos pertinentes à espécie, arquivem-se os autos, na forma determinada no art. 176, inciso I, regimental. Votaram, nos termos acima, o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, o Conselheiro Mauri Torres e a Conselheira Presidente Adriene Andrade. Presente à Sessão a Procuradora Sara Meinberg.”*

(TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 812293, RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO, 17ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara realizada no dia 16/06/2015)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO-MG.

RUA EMIR SALES, 85, CENTRO, CEP: 39.210-000.

Em razão da citada decisão do TCE o Município de Santo Hipólito propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa em face do sr Milton Ferreira da Silva, processo nº 0179794-41.2009.8.13.0191 em andamento na Vara Única da Comarca de Corinto, conforme documentos em anexo.

Pois bem, conforme decisão do TCE o Sr Milton Ferreira da Silva, como pessoa física, foi condenado a proceder a restituição dos 22 mil reais atualizados ao Estado de Minas Gerais, **entretanto, o próprio Município de Santo Hipólito, por ato do ex-prefeito ora demandado, Sr. Márcio Ângelo A. Júnior, foi quem procedeu a restituição, o que não foi aceito pelo Tribunal de Contas,** conforme Ofícios em anexo!!

Conforme Nota de Empenho assinado pelo Requerido, Documento de Arrecadação Estadual emitido em nome do Município de Santo Hipólito e comprovante do Banco do Brasil em anexo, depreende-se que a municipalidade providenciou o ressarcimento no valor de R\$ 25.013,97 (22 mil atualizado) “no lugar” do condenado Milton Ferreira da Silva, é dizer, o Município quitou uma obrigação pessoal do sr Milton ao arrepio da lei, princípios da Administração Pública e do acórdão do TCE, isto por conduta dolosa do ora demandado Márcio Ângelo. O DAE foi pago pelo Município no dia 25/06/2010, conforme comprovante bancário em anexo, mediante anterior autorização do então prefeito Márcio Ângelo Araújo Júnior na nota de empenho.

Ante a ilegalidade, o **Tribunal de Contas solicitou do Município as medidas pertinentes para ressarcimento da municipalidade.** No Ofício 13521/2021 do TCE, que segue em anexo, consta:

*“cujo estudo técnico resultou na indicação da necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial **para fins de restituição ao erário do Município de Santo Hipólito do valor pago pela Prefeitura Municipal em 25/6/2010 ao Estado de Minas Gerais, referente à responsabilização imposta ao Prefeito do Município à época, Senhor Milton Ferreira da Silva**”*





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO-MG.

RUA EMIR SALES, 85, CENTRO, CEP: 39.210-000.

A obrigação jurídica de restituição dos 22 mil reais atualizados ao Estado de Minas Gerais era do sr Milton Ferreira da Silva, logo, não poderia o Demandado, com recurso da municipalidade, proceder a caridade com “chapéu alheio”, ante ausência de legalidade, princípio da indisponibilidade do erário público e decisão do TCE mineiro. Procedendo desta forma, houve consciente prejuízo ao Município.

O erário público foi duas vezes lesado! Primeiro pelo sr Milton Ferreira da Silva, que não prestou contas dos 22 mil reais repassados pelo Estado; segundo, pelo Sr Márcio Ângelo Araújo Júnior, ora demandado, que procedeu a indevida restituição com recursos da municipalidade. Os fatos configuram: prejuízo ao erário público, art. 10 da Lei 8.429/1992; e lesão aos princípios de boa-fé, legalidade e lealdade ao Município, art. 11.

Toda pessoa que causa prejuízo alheio mediante conduta dolosa ou culposa é obrigada a proceder a indenização, regra geral essa prevista nos artigos 186 e 187 do Código Civil.

A Lei 8.429/1992 também exige indenização do erário público por parte dos agentes públicos que, procedendo contra os princípios da Administração Pública, contra a legislação e contra o dever de velar pela coisa pública causem prejuízo ao Poder Público por culpa ou dolo, vejamos:

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Art. 4º Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Art. 5º. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO-MG.

RUA EMIR SALES, 85, CENTRO, CEP: 39.210-000.

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Conforme regra geral do Código Civil e as normas acima citadas, todo aquele que, indevidamente, provoca prejuízo a outrem deve responder por isso. No caso concreto, a responsabilidade se refere à indenização pelos danos decorrentes de conduta dolosa.

O sr Márcio Ângelo Araújo Jr foi prefeito de 2009 a 2012, portanto, seu mandato terminou já há mais de 5 anos, motivo pelo qual o pedido na presente demanda se limitará ao ressarcimento ante a prescrição das penalidades, art. 23 da Lei nº 8.429/1992.

2 – DOS REQUERIMENTOS E PEDIDOS

CITAÇÃO do demandado em um dos endereços indicados para, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

PROVAR o alegado por todas as provas não vedadas pelo ordenamento jurídico.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO HIPÓLITO-MG.

RUA EMIR SALES, 85, CENTRO, CEP: 39.210-000.

Vista ao Ministério Público para manifestar eventual interesse na presente demanda como fiscal da ordem jurídica ou como litisconsorte.

CONDENAÇÃO do Demandado ao ressarcimento em favor do Município de Santo Hipólito do valor de R\$ 25.013,97 (vinte e cinco mil, treze reais, noventa e sete reais), com correção monetária e juros de mora desde 25/06/2010 – data do pagamento/recolhimento do DAE.

Dá-se à causa o valor de R\$ 25.013,97, vinte e cinco mil, treze reais, noventa e sete reais.

Santo Hipólito-MG. 23 de agosto de 2021.

Denis Soares Silva Zica

Mariângela Santos Machado Brita

OAB-MG 102.523.

OAB-MG 185.442.

